

Sua função inclui fiscalizar a União

Criada em maio de 1985, a Comissão de Fiscalização e Controle, a mais poderosa do Senado Federal, só começou a funcionar efetivamente há menos de um mês quando assumiu a sua presidência o senador Carlos Chiarelli, destituído na véspera da Liderança do PFL no Senado. É que até o início deste ano, o Governo contava com a maioria do Senado, mas, ao perdê-la, e no fogo cruzado da CPI Corrupção, a oposição decidiu fazer funcionar a Comissão de Fiscalização.

Na quinta-feira, as Comissões de Fiscalização da Câmara e do Senado surpreenderam o Governo ao demonstrar seu poder de fogo: expediram um telex conjunto ao presidente do Banco Central, Elmo Camões, exigindo, "com a celebridade e a exatidão que a função pública requer", esclarecimentos sobre a iminente suspensão da liquidação extrajudicial do grupo Delfin.

A Comissão de Fiscalização e Controle é o órgão encarregado da "fiscalização dos atos do Poder Executivo da União e do Distrito Federal e os da administração indireta". Para o exercício dessa função, a Comissão tem uma expressiva soma de atribuições que superam em muito as demais comissões técnicas. Eis algumas delas: a) — avaliar a eficácia, eficiência e economicidade dos projetos e programas de Governo; b) — opinar sobre a compatibilidade da execução orçamentária com os planos e programas de Governo e destes com os objetivos aprovados em lei; c) — solicitar a convocação de ministros de Estado e dirigentes da administração direta e indireta (A.M.)
